

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017



**ANEXO
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados têm como principal finalidade facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na Resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto do Tribunal de Contas, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

Efetivamente, as demonstrações financeiras por si só, não evidenciam, nem esclarecem todas as situações subjacentes aos valores apresentados. Os anexos indicados no POCAL referem-se essencialmente a dois dos sistemas contabilísticos exigidos: contabilidade orçamental e contabilidade patrimonial.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se as notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação, mantendo-se contudo, o número de ordem das que o forem.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2 do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre Balanço Final de 2016 e Balanço Final de 2017.

Em observância com o disposto no POCAL, a ótica patrimonial prevalece sobre a ótica económica, exceto para a contabilização das aquisições de bens através da locação financeira, onde se aplica o princípio da substância sobre a forma.

8.1 Caracterização da Entidade

A informação de identificação e caracterização do Município de Castelo de Paiva, encontra-se mencionada no mapa síntese que acompanha a prestação de contas ao Tribunal de Contas, conforme consta do disposto na Resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto do Tribunal de Contas.

Identificação: Município de Castelo de Paiva

Número de 502 678 917

Identificação Fiscal:

Endereço: Largo do Conde – Sobrado – 4550-102 Sobrado CPV

Município de Castelo de Paiva

Regime Financeiro:

POCAL – Decreto-Lei nº 4-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro; Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de Abril e Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, com as alterações introduzidas pela rectificação nº 46-B/2013, de 1 de Novembro; Lei nº 82-D/2014, de 31 de Dezembro; Lei nº 69/2015, de 16 de Julho; Lei nº 132/2015, de 4 de Setembro e Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março.

Nos termos do artigo 23º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos livres e desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção civil;
- k) Ambiente e saneamento básico;
- l) Defesa do consumidor;
- m) Promoção do desenvolvimento;
- n) Ordenamento do território e urbanismo;
- o) Polícia municipal;
- p) Cooperação externa.

O Município apresenta os serviços de contabilidade organizados de forma centralizada.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado, capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e obedecem ao Sistema de Controlo Interno aprovado em Reunião do Executivo de 22/04/2002

Os serviços municipalizados estão informatizados, respeitando todas as aplicações informáticas o disposto na legislação em vigor e sendo a empresa prestadora do serviço a Medidata, Sistemas de Informática e Engenharia, S.A.

8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local.

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja implementação se encontra em curso no Município de Castelo de Paiva, não foi derogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço), do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados), e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do POCAL.

8.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

A comparabilidade das contas de balanço e da demonstração de resultados aplica-se a todas as rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras.

8.2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizado

De um modo geral, o imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, com exceção daquele que, na inventariação inicial, se desconhecia o valor de aquisição ou de produção, sendo nestes casos considerado o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos pelos Serviços de Finanças. As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril. Os bens de reduzido valor são totalmente amortizados no ano de aquisição, atento ao critério de materialidade.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método utilizado para as saídas de armazém.

Município de Castelo de Paiva

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica da provisão para dívidas de cobrança duvidosa, corresponde a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas em função do período dos saldos em dívida e da probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Provisões

As provisões para cobranças duvidosas correspondem aos montantes anuais em dívida apurados pelos serviços da Autarquia responsáveis pelas contra-ordenações e execuções fiscais relativas a dívidas de terceiros, cuja mora é superior a seis meses, sendo o montante anual calculado de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL, ou seja da seguinte forma:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As provisões para riscos e encargos compreendem na sua totalidade a rubrica dos processos judiciais em curso, representando, o montante da indemnização ou encargo que a Autarquia prevê suportar relativamente a processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais esteja em curso. Neste âmbito, o valor constituído teve por base a informação do gabinete jurídico da Autarquia sobre os processos judiciais em curso e as informações recolhidas sobre a probabilidade de condenação do Município junto dos mandatários nomeados para este efeito, tendo-se adotado o seguinte critério:

- a) Probabilidade de condenação muito baixa, provisão nula;
- b) Probabilidade de condenação média, constituição de provisão igual a 75% do valor da ação;
- c) Probabilidade de condenação elevada, constituição de provisão igual a 100% do valor da ação.

Remunerações a liquidar

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, corresponde à estimativa de férias e mês de férias, baseados nos valores fornecidos pela secção de pessoal correspondentes ao exercício em apreço e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2017, perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2018.

Acréscimos e Diferimentos

A Autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio de especialização do exercício, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas, com exceção dos valores contabilizados na rubrica de "Proveitos Diferidos – Subsídios para Investimentos". Com efeito, ao longo dos anos, a contabilização dos proveitos diferidos para subsídios ao investimento é feita a cada recebimento e não com a homologação do projeto, não sendo efetuada a discriminação por projeto, o que impossibilitou os serviços de efetuar (em tempo útil) a desagregação do valor total desta rubrica e, consequentemente identificar os bens imobilizados adquiridos em cada projeto e as respetivas amortizações, no sentido de se efetuar os ajustamentos necessários. Neste âmbito, o POCAL preconiza que estes subsídios sejam reconhecidos como proveitos, numa base sistémica, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, razão pela qual será necessário efetuar uma relação das amortizações já reconhecidas para os bens em causa, por projeto, no sentido de se apurarem os ajustamentos a efetuar nesta conta por contrapartida das respetivas variações patrimoniais do exercício e de exercícios anteriores.

8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço podem ser resumidos como se segue:

Município de Castelo de Paiva

ACTIVO BRUTO

(Unidade: Euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação \ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio Público:						
Terrenos e recursos naturais	1.267.355,15 €		687,54 €			1.268.042,69 €
Edifícios						0,00 €
Outras construções e infra-estruturas	5.316.543,97 €		25.128,87 €			5.341.672,84 €
Bens do património histórico, artístico e cultural						0,00 €
Outros bens de domínio público						0,00 €
Imobilizações em curso	25.461,00 €				25.461,00 €	0,00 €
Sub-total	6.609.360,12 €	0,00 €	25.816,41 €	0,00 €	25.461,00 €	6.609.715,53 €
De imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						0,00 €
Despesas de investigação e de desenvolvimento						0,00 €
Propriedade industrial e outros direitos						0,00 €
Outras						0,00 €
Imobilizações em curso						0,00 €
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			24.046,50 €			24.046,50 €
Sub-total	0,00 €	0,00 €	24.046,50 €	0,00 €	0,00 €	24.046,50 €
De imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	4.273.523,83 €		1.872,79 €			4.275.396,62 €
Edifícios e outras construções	24.887.069,02 €		609.786,44 €	21.937,13 €		25.474.918,33 €
Equipamento básico	61.565,57 €		10.618,31 €			72.183,88 €
Equipamento de transporte	1.129.982,16 €					1.129.982,16 €
Ferramentas e utensílios	20.351,65 €		971,70 €			21.323,35 €
Equipamento administrativo	1.194.531,32 €		24.332,68 €	2.225,89 €		1.216.638,11 €
Taras e vasilhame	0,00 €					0,00 €
Outras imobilizações corpóreas	649.711,50 €		4.167,68 €			653.879,18 €
Imobilizações em curso	5.725.843,35 €		662.580,03 €		581.050,83 €	5.807.372,55 €
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00 €					0,00 €
Sub-total	37.942.578,40 €	0,00 €	1.314.329,63 €	24.163,02 €	581.050,83 €	38.651.694,18 €
De investimentos financeiros:						
Partes de capital	2.309.609,31 €		481.466,61 €		430.235,98 €	2.360.839,94 €
Obrigações e títulos de participação	473.523,72 €					473.523,72 €
Investimentos em imóveis:	0,00 €					0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €					0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €					0,00 €
Outras aplicações financeiras:	0,00 €					0,00 €
Depósitos em instituições financeiras	0,00 €					0,00 €
Títulos da dívida pública	0,00 €					0,00 €
Outros títulos	0,00 €					0,00 €
Imobilizações em curso	0,00 €					0,00 €
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	0,00 €					0,00 €
Sub-total	2.783.133,03 €	0,00 €	481.466,61 €	0,00 €	430.235,98 €	2.834.363,66 €
Total	47.335.071,55 €	0,00 €	1.845.659,15 €	24.163,02 €	1.036.747,81 €	48.119.819,87 €

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

(Unidade: Euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio Público:				
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios				0,00
Outras construções e infra-estruturas	2.738.618,27	254.683,68		2.993.301,95
Bens do património histórico, artístico e cultural				0,00
Outros bens de domínio público				0,00
Sub-total	2.738.618,27	254.683,68	0,00	2.993.301,95
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento				0,00
Propriedade industrial e outros direitos				0,00
Outras		12.023,28		12.023,28
Sub-total	0,00	12.023,28	0,00	12.023,28
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios e outras construções	6.975.387,29	829.716,81	8.102,41	7.797.001,69
Equipamento básico	38.878,87	4.677,57		43.556,44
Equipamento de transporte	875.840,06	41.776,10		917.616,16
Ferramentas e utensílios	18.395,47	1.006,89		19.402,36
Equipamento administrativo	1.062.432,41	45.034,14	968,96	1.106.497,59
Taras e vasilhame				0,00
Outras imobilizações corpóreas	353.797,70	14.568,72		368.366,42
Sub-total	9.324.731,80	936.780,23	9.071,37	10.252.440,66
De investimentos financeiros:				
Partes de capital				0,00
Obrigações e títulos de participação				0,00
Investimentos em imóveis:				0,00
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios e outras construções				0,00
Outras aplicações financeiras:				0,00
Depósitos em instituições financeiras				0,00
Títulos da dívida pública				0,00
Outros títulos				0,00
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	12.063.350,07	1.203.487,19	9.071,37	13.257.765,89

8.2.8 Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação exigida (Anexos Documentais – Fichas de Amortizações), com a excepção da

Município de Castelo de Paiva

inventariação do imobilizado em curso, processo ainda não concluído pelos respectivos serviços do município, tendo em conta o volume, a especificidade de informação a tratar, e a falta de recursos para a preparação da informação com o nível de descrição solicitado neste ponto.

8.2.12 Imobilizações em poder de terceiros:

Cedidos por Protocolo de Cedência e/ou Contrato de Concessão

(Unidade: Euros)

Designação	Valor Bruto	Entidade
Polidesportivo de Feirão	74.820,00	Associação Desportiva e Cultural de Bairros
Polidesportivo Quinta do Pinheiro	29.927,87	Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva
Pavilhão Desportivo da Cruz da Carreira	54.867,77	NNMM - Gestão de Equipamentos Desportivos, Lda.
Auditório Municipal	663.235,00	Academia de Música de Castelo de Paiva
Campo Municipal da Boavista	419.429,54	Sporting Clube Paivense
Bar da Piscina do Castelo	76.944,17	Banda Musical de Fornos - Centro de Cultura e Desporto
Bar da Quinta do Pinheiro (*)	19.080,00	Noites Reais, Lda
Edifício Hospital Oliveira do Arda	124.699,47	Centro Social do Couto Mineiro do Pejão
TOTAL	1.463.003,82	

(*) em 2017 desagregou-se o edificado bar da quinta do Pinheiro como bem isolado inserido no parque urbano da Quinta do Pinheiro

Imobilizações Reversíveis

I. Terrenos Cedidos em Direito de Superfície para a Construção de Equipamentos Desportivos

(Unidade: Euros)

Designação	Valor Bruto	Entidade
Campo de Jogos Municipal de Oliveira do Arda	259.374,91	Oliveirense Futebol Clube
TOTAL	259.374,91	

II. Terrenos Cedidos em Direito de Superfície para a Construção de Equipamentos Sociais

Designação	Valor Bruto	Entidade
Terreno - Lote 29 - Quinta da Devesa	186.475,60	Centro Social de Santa Maria de Sardoura
TOTAL	186.475,60	

8.2.16 Identificação das entidades participadas – societárias e não societárias

(Unidade: Euros)

Entidades Participadas - Societárias e não Societárias		Tipo de Entidade	Parcela Detida		Resultados do Último Exercício		
Designação	Sede		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exercício
AIMRD (*)	Ayto. Laguna de Duero. Plaza Mayor, nº1 - 47140 Laguna de Duero - Valladolid España	ENS	NA	NA	NA	NA	2017
CIMTS	Av. José Júlio, 42 - 4560-547 Penafiel	ENS	111899,58	9,09%	1.229.051,67	157.005,15	2017(a)
AMVS	Pr. D. António Meireles, nº 45 - 4620-130 Lousada	ENS	1879214	16,67%	11.275.284,15	1.307.262,94	2017(a)
ANMP	Av. Marnoco e Sousa, 52 - 3004-511 Coimbra	ENS	NA	NA	2.181.596,11	177.431,17	2017
ADRMAG	Praça Brandão Vasconcelos, 10 - 4540-110 Arouca	ENS	NA	NA	583.262,70	6.372,36	2014(a)
CARNAGRI	Lugar da Carreira de Trio - Bustelo - 4564-909 Penafiel	ES	47.697,53	0,84%	5.678.277,13	-117.277,09	2016
Águas do Norte	Praça 26 de Maio, n.º 82 - 4810-004 S. Mamede de Infesta	ES	0,00	0,00%	0,00	0,00	(b)
INVENT	Rua Jaime Lopes Amorim, s/n - 4465-004 S. Mamede Infesta	ENS	NA	NA	81.284,02	949,50	2016
Águas do Douro Paiva	Rua de Vilar, 235 - 5.º - 4050-626 Porto	ES	55420	0,27%	20.902.500,00		(C)
Simdouro	Rua do Ribeirinho, 706-4415-679 Vila Nova de Gaia	ES	177300	0,88%	20.046.075,00		(C)
TPNP	Castelo Santiago da Barra - 4900-360 Viana do Castelo	ENS	89308,79	1,16%	7.699.033,69	1.115.907,42	2016

Designação Siglas:

(*) AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro (entidade sem contabilidade organizada)_ Receb: 156.714,50; Pagt: 119.821,07€; Património: 454.102,49€

CIMTS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

ADRMAG - Assoc. Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira

CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A.

ADP - Águas do Douro e Paiva, S.A.

SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.

INVENT - Associação para a Competitividade e para a Inovação

TPNP - Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER

Outras Siglas:

ENS - Entidade não societária

ES - Entidade societária

NA - Não aplicável

ND - Informação não disponível aquando da elaboração deste documento

(a) os resultados apresentados estão condicionados à aprovação de contas em assembleia municipal

(b) Gíção em 2017, dando origem às Águas do Douro e Paiva, S.A. E à SIMDOURO, S.A.

(C) Valores da constituição.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado na conta **21.8 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa** e ascende no exercício de 2017 ao valor bruto de 75.575,85 euros.

8.2.27 Provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Município de Castelo de Paiva

Código das Contas	Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	62.294,68	13.281,17	0,00	75.575,85
292	Provisões para riscos e encargos	1.046.217,78		0,00	1.046.217,78
39	Provisões para depreciações de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.108.512,46	13.281,17	0,00	1.121.793,63

Como já foi referido no ponto 8.2.2 deste documento, foram constituídas provisões dando cumprimento ao disposto no ponto 2.7.1 do POCAL, com a finalidade de considerar uma dotação destinada a contrabalançar encargos ou prejuízos imputáveis ao exercício, mas de valor incerto ou de concretização posterior, representando assim, uma constituição de um fundo para fazer face a perdas de que ainda não se sabe o valor exato (perdas potenciais).

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, considerou-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses, sendo o montante anual determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- c) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- d) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

No caso das provisões para riscos e encargos o valor considerado refere-se ao montante da indemnização ou encargo que a Autarquia prevê suportar no âmbito de processos judiciais em curso.

8.2.28 Fundo Patrimonial

(Unidade: Euros)

Código das Contas	Fundos Próprios	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	14.544.843,88	0,00	0,00	14.544.843,88
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1.917.734,20	207.732,76	13.701,86	1.723.703,30
56	Reservas de Reavaliação	286.852,05	0,00	0,00	286.852,05
57	Reservas:	733.558,20	0,00	0,00	733.558,20
571	Reservas legais	692.456,93	0,00	0,00	692.456,93
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
576	Doações	41.101,27	0,00	0,00	41.101,27
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00	0,00	0,00
578	Regularizações entidades participadas	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Resultados transitados	576.387,89	12.575,90	777.498,83	1.341.310,82
88	Resultado líquido do exercício	777.498,83	385.055,13		1.162.553,96
TOTAL		18.836.875,05	605.363,79	791.200,69	19.792.822,21

Município de Castelo de Paiva

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

(Unidade: Euros)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	176.863,06
Compras	0,00	293.704,68
Regularização de existências	0,00	8.965,76
Existências finais	0,00	154.387,46
Custos no exercício	0,00	325.146,04

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

(Unidade: Euros)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	186.090,26	103.388,26	781	Juros obtidos		0,00
682	Perdas em entidades participadas		985,13	782	Ganhos em entidades participadas	245.261,53	57.900,26
683	Amortizações invest. Em imóveis		0,00	783	Rendimentos de imóveis		0,00
684	Provisões para aplicações financeiras		0,00	784	Rend. de participações de capital	302,68	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis		0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis		0,00
687	Perdas na alienação de aplic. tesouraria		0,00	786	Desc. pronto pagamento obtidos		0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	6.212,56	11.848,61	787	Ganhos na alienação de aplic. tesouraria		0,00
	Resultados Financeiros	53.261,39	-58.321,74	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		0,00
		245.564,21	57.900,26			245.564,21	57.900,26

Os resultados financeiros revelaram – se em 2017 positivos, tendo-se verificado um acréscimo da rubrica de juros suportados, consequência dos empréstimos, visados pelo Tribunal de Contas em Março 2017 e pela liquidação de outros juros referentes a sentença de acordo judicial com a empresa Edipaiva Construções, Lda.

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

(Unidade: Euros)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	28.451,63	43.407,16	791	Restituição de impostos		0,00
692	Dívidas incobráveis		0,00	792	Recuperação de dívidas		0,00
693	Perdas em existências	0,00	12.956,40	793	Ganhos em existências	4.804,43	39.237,38
694	Perdas em imobilizações	15.091,65	0,00	794	Ganhos em imobilizações	108.630,00	22.863,12
695	Multas e penalidades	675,00	90,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	10.776,53	37.893,05
696	Aumentos de amortizações e de provisões		0,00	796	Reduções de amortizações \ provisões		0,00
697	Correcções relativa a exercícios anteriores	11.198,12	3.035,51	797	Correcções relativas a exercícios ant.	10,00	5.287,47
698	Outros custos e perdas extraordinários	185.900,77	16.545,79	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	51.409,46	18.922,14
	Resultados Extraordinários	-65.686,75	48.168,30			175.630,42	124.203,16
		175.630,42	124.203,16				

Município de Castelo de Paiva

Os resultados extraordinários contribuíram para o total dos resultados do exercício em € -65.686,75.

Esta situação encontra-se refletida no aumento de Outros custos e perdas extraordinários.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas acompanham os documentos de prestação de contas do Município, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente no que se refere aos seguintes pontos:

8.3.1 – Modificações do Orçamento

8.3.1.1 – Modificações do Orçamento – Receita

8.3.1.2 – Modificações do Orçamento – Despesa

8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos

8.3.3 – Contratação Administrativa

8.3.3.1 – Situação dos Contratos

8.3.4 – Transferências e Subsídios Concedidos e Obtidos

8.3.4.1 – Transferências Correntes - Despesa

8.3.4.2 – Transferências Capital - Despesa

8.3.4.4 – Transferências Correntes – Receita

8.3.4.5 – Transferências Capital - Receita

8.3.6 – Situação e evolução da dívida e dos juros

8.3.6.1 – Empréstimos

8.3.6.2 – Outras Dívidas a Terceiros